

Editorial

Não se poderá falar, propriamente, de estreita articulação problemática nos textos publicados neste número, nem isso constituirá, de facto, uma questão de grande relevância editorial. Ao fim e ao cabo, a diversidade temática e analítica faz parte dos objectivos do Centro de Estudos Territoriais e, portanto, também da revista **Cidades**, como se poderá constatar nos diversos números entretanto publicados. Mas é de registar, contudo, uma menor articulação, para alguns dos artigos aqui inseridos, com as problemáticas urbanas e territoriais, essas sim razão primeira, ainda que não última, da existência desta revista. É certo que, em alguns casos, tal enquadramento está mais subsumido que analiticamente explicitado, situação que acaba por deixar ao leitor um desafio à sua curiosidade intelectual na procura de um território eventualmente “perdido”...

Em todo o caso, é possível descortinar alguma coerência reflexiva na presente ordenação dos textos a seguir publicados. Com efeito, se num primeiro conjunto, dos três artigos iniciais, aquela referência genérica à problemática territorial é mais evidente, um quarto texto faz como que uma transição teórica e empírica daquele quadro analítico, para, a partir de então, entrarmos em domínios territorialmente mais longínquos, mas nem por isso menos pertinentes ao debate sobre a actual condição urbana e territorial.

Deste modo, o texto que abre o presente número, de Pierre Guibentif, *Espaço e Diferenciação Funcional*, constitui uma abordagem analítica sem dúvida original (no contexto do historial da própria revista), desde logo porque resultante de “um desafio lançado por um artista a um sociólogo”. Desse desafio, o autor apresenta um conjunto de reflexões sobre construção de espaços e sobre construção de colectivos, com uma especificação particular no que considera ser o “chamado espaço público”. Uma tal ressalva deve-se ao posicionamento teórico adoptado, em grande medida oriundo da filosofia e da sociologia e reportado quer a um contexto de modernidade histórica, quer ainda, de modo exploratório, à época actual, que se assume ser de “pós-modernidade”. Estamos assim perante um debate efectivamente prévio ao que, tantas

vezes de modo acrítico, aparece referenciado como o espaço público da cidade (na singularidade e na pluralidade desse mesmo enunciado).

O artigo que se segue, de Oriol Nel·lo, *Contra la Segregación Urbana y por la Cohesión Social: La Ley de Barrios de Cataluña* constitui, antes de mais, o regresso de um antigo colaborador do Centro de Estudos Territoriais e autor, também, de outros artigos publicados nesta revista. No caso presente, o autor parte de um “sarcasmo histórico”, ao constatar que depois de algumas décadas de intervenção urbanística na região metropolitana de Barcelona contra a segregação social e urbana (com uma avaliação genericamente positiva), aquelas situações estão de volta, determinadas, agora, por uma nova conjuntura histórica. A partir de um diagnóstico crítico, de base territorial e demográfica, ilustrando o que o autor designa de “cidade fragmentada”, o texto centra-se, então, na política de alojamento seguida, enquanto instrumento essencial (também ao nível fundiário) não só contra os efeitos mas também em relação às causas daquelas situações de degradação social e urbana. É, pois, nesse mesmo contexto que se apresenta uma Lei específica (a referida Lei de Bairros da Catalunha), enquanto “projecto de intervenção integral” na respectiva região metropolitana.

O texto seguinte, de Isabel Guerra, *Europa e Políticas Habitacionais. Mudanças em Curso*, constitui uma reflexão crítica das políticas de habitação nos países europeus, que a autora considera serem, hoje, “uma complexa amálgama de programas”. Partindo de uma análise global das dinâmicas e políticas habitacionais na Europa no princípio do Milénio, o artigo centra-se depois em dimensões mais específicas, como sejam as mudanças sociodemográficas e as dinâmicas do mercado de trabalho e mobilidade, permitindo fundamentar o que a autora designa de “traços de novo paradigma nas políticas habitacionais”. A partir de um tal esboço paradigmático, admite-se que “as políticas habitacionais devem ser integradas num pensamento mais vasto e estratégico sobre as políticas da cidade”, segundo diversos vectores entretanto explicitados. Sendo esta uma das teses centrais do artigo, apresenta-se seguidamente, de modo necessariamente sucinto, o debate europeu

sobre a diversidade das políticas de habitação, em especial sobre as respectivas políticas públicas. Admitindo-se que, na generalidade dos casos, não há uma resposta unívoca sobre essa mesma variedade de políticas, parece possível concluir, contudo, por uma mudança do estatuto do Estado, de um papel “provisor directo” a um Estado “subsidiário e regulador”.

Como dissemos acima, o artigo que se segue, de Alexandra Castro e Sofia Delgado Marques, *A Integração dos Imigrantes de Leste em Portugal. Contributos para a sua Análise*, actua de algum modo como texto de charneira entre quadros mais predominantemente territoriais e uma abordagem sobre uma problemática muito específica, ainda que com uma evidente expressão espacial a partir de uma investigação empírica mais vasta. Com efeito, com base em três estudos de caso, espacialmente diferenciados, as autoras abordam a natureza segmentada dos processos de integração dos imigrantes do leste europeu (particularmente moldavos, romenos, russos e ucranianos) em função de diversos campos analíticos: os processos de legalização; as questões da língua e da educação; os percursos profissionais; a habitação e a mobilidade territorial; o acolhimento pela sociedade portuguesa e as relações interétnicas; a segurança social; e, finalmente, a saúde. Percorridos esses diversos níveis de análise, as autoras interrogam-se sobre a natureza daqueles mesmos processos de integração, assinalando diferenças significativas para cada um dos casos de estudo. Globalmente, contudo, parece possível assinalar “uma tendência”, em que as elevadas qualificações e a própria matriz social e cultural de origem dos referidos imigrantes, parece predispô-los a “um tipo de inserção mais assimilada”.

Os dois artigos que a seguir se publicam têm em comum um enfoque muito particular, que poderíamos enunciar, em termos um tanto polémicos, como textos centrados no “social”. Assim, desde logo, o artigo de Francisco Branco, *Acção Social, Individualização e Cidadania*, parte de uma abordagem que, segundo o autor, remete para as “novas regras do social”. Assim, se num primeiro momento é a acção social no passado recente que está em

causa, nomeadamente, “a lógica das políticas de inserção”, posteriormente são identificadas outras situações e outras lógicas que permitem discutir o que se designa de “individualização e responsabilidade”. Por outro lado, o artigo de João Emílio Alves, Eva Marques Milheiros e Alexandre Cotovio Martins, *Avaliação Independente de Projectos EQUAL. Reflexões e Propostas a Partir de uma Experiência*, tem um enfoque centrado fundamentalmente ao nível teórico-metodológico, precisamente enquanto instrumento de avaliação de um conjunto de procedimentos instrumentais e empíricos. Digamos que, se o “social” está presente, em particular em torno de uma proposta de operacionalização conceptual do princípio “igualdade do género”, o objecto do texto é menos substantivo e muito mais instrumental e metodológico, apresentando, com alguma minúcia, todo um conjunto de pressupostos, de procedimentos e de instrumentos decorrentes dos mencionados processos de avaliação.

Os últimos textos publicados neste número estão inseridos na rubrica “ensaios”, dada a sua natureza predominantemente exploratória de temas e de problemas sociais. No primeiro caso, o texto de Alda Gonçalves, *Temáticas Recentes dos Centros de Investigação Sociológica em Portugal. Contributos Breves a partir de uma Pesquisa Exploratória*, constitui, realmente, um contributo ensaístico ao levantamento e caracterização dos principais centros de investigação produtores de conhecimento sociológico, bem como de uma breve resenha de publicações especializadas nos domínios em causa. Ainda a título exploratório, o texto termina com uma referência às temáticas da pobreza e da exclusão social, explicitamente abordadas nos centros de investigação. Complementarmente, o texto de Elisabete Lopes, *Breves Considerações sobre os Aspectos Chave do RMG/RSI e suas Contradições*, é igualmente ensaístico, na medida em que procura explorar reflexivamente diversos temas do social, a partir de uma obra entretanto publicada. Em tais condições, esta natureza exploratória vai para além de uma mera recensão bibliográfica.

Vítor Matias Ferreira

Nota Editorial

A Revista *Cidades. Comunidades e Territórios* foi dirigida por Vítor Matias Ferreira desde o seu primeiro número, no ano de 2000, até ao ano 2003. Foi o período de criação e desenvolvimento de uma revista nova.

Em 2004, Isabel Guerra torna-se directora da revista e, num período particularmente difícil, nomeadamente em termos financeiros, assume e prossegue o projecto editorial até ao número 16, publicado já em 2008.

Num período de alterações profundas do quadro da investigação científica com evidentes reflexos no nosso centro de investigação, a Direcção do CET – Centro de Estudos Territoriais, em nome de todos os seus sócios, quer publicamente agradecer a estes dois colegas o trabalho e o esforço que dedicaram não só à revista mas também ao centro de investigação de que ela é o rosto.

A partir do presente número, a Direcção da revista é retomada por Vítor Matias Ferreira que aceitou o convite que lhe foi dirigido pela actual Direcção do CET. Por sua iniciativa, ao cargo de Director junta-se agora o cargo de Coordenador Editorial que será assegurado por Alexandra Castro, cujo trabalho e competência todos conhecemos.

Aos novos Director e Coordenadora Editorial de *Cidades. Comunidades e Territórios* reiteramos o nosso agradecimento e manifestamos todo o apoio para uma nova etapa que sabemos será ainda de êxito na divulgação e debate crítico da investigação, realizada não só por membros do CET como por outros autores nacionais e estrangeiros, sobre os problemas urbanos e territoriais.

A Direcção do CET
Madalena Matos
(Presidente)